



A PERSPECTIVA DO CONCEITO DE IDENTIFICAÇÃO NO ÂMBITO DA ARQUIVÍSTICA ESPANHOLA E BRASILEIRA

Noemi Andreza da Penha¹ e Ana Célia Rodrigues²

**¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.
Universidade Federal Fluminense (UFF) – Brasil**

**²Profa. Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.
Universidade Federal Fluminense (UFF) – Brasil**

RESUMO

A identificação surgiu no âmbito da arquivística em meados da década de 80, como proposta metodológicas de grupos de arquivistas para solucionar o problema da acumulação de documentos. No Brasil, as propostas de identificação formuladas no âmbito do Arquivo Nacional resultaram na publicação de manuais e o conceito foi incorporado pelo Dicionário de Terminologia Arquivística, publicado em 2005. Entretanto, verifica-se que não há uma sistematização dos aspectos teóricos e metodológicos que envolvem a identificação no contexto da arquivística brasileira. Dessa maneira, o presente trabalho tem por objetivo estudar a construção do conceito de identificação, mapeando as iniciativas metodológicas a fim de sistematizá-las na perspectiva da o Arquivística brasileira, elaborando um quadro comparativo do uso terminológico da identificação apontada pelos autores estudados, contribuindo para a construção teórica da arquivística brasileira.

Palavras-Chave: Arquivística; Metodologia Arquivística; Identificação Arquivística; Tipologia Documental.

ABSTRACT

The identification came as part of archival science in the mid 80's, as proposed methodological group of archivists to solve the problem of accumulation of documents. In Brazil, the proposed identification made under the National Archives resulted in the publication of manuals and the concept has been incorporated by the Dictionary of Archival Terminology, published in 2005. However, it appears that there is no ordering of the theoretical and methodological aspects that involve the identification in the context of Brazilian archival science. Thus, this paper aims to study the construction of the concept of identification, mapping the methodological initiatives to systematize them in the perspective of the Brazilian Archival Science, producing a picture of the use of terminology identification indicated by the authors studied, contributing to the theoretical construction of archival science in Brazil.

Keywords: Archival Science; Archival Methodology. Archival Identification. Diplomatic Contemporary; Typology Documentary.

1 INTRODUÇÃO

A iniciativa de pesquisar teoricamente a identificação partiu de uma pesquisa realizada anteriormente intitulada “Análise do valor primário e valor secundário nos álbuns fotográficos da Série São Paulo, Fundo LIGHT/Eletropaulo – 1899/1997”, desenvolvida no Trabalho de Conclusão de Curso no Curso de Arquivologia na Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” (Unesp), Câmpus de Marília, que também foi projeto de iniciação científica financiada pela agência de fomento Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Nessa pesquisa utilizamos a metodologia de identificação de órgão produtor na recuperação de informações referente às competências, funções e atividades desempenhadas pelo Departamento de Engenharia da Empresa LIGHT/Eletropaulo na colocação de trilhos, construções de usinas, instalações de postes e demais atividades de geração, transmissão e distribuição de energia, dados que foram complementos com a análise documental das imagens fotográficas da construção e transformação da cidade de São Paulo no Século XIX, a fim de contextualizá-las.

Com o uso dessa metodologia de identificação surgiram reflexões sobre as questões teóricas que envolvem o conceito e o método de identificação, como: de onde provém esse conceito e a prática de identificação? Como tais procedimentos foram incorporados pela arquivística brasileira? A partir dessa proposição, apontamos como problema dessa pesquisa a análise do conceito de identificação no domínio teórico da arquivística, mais especificamente nas bases teóricas da arquivística brasileira

Dessa maneira, o presente trabalho tem por objetivo estudar a construção do conceito de identificação, mapeando as iniciativas metodológicas a fim de sistematizá-las na perspectiva da Arquivística brasileira. Nos objetivos específicos pretende-se investigar o surgimento da identificação na dimensão teórica e prática, através de revisão de literatura; analisar a produção científica e acadêmica no Brasil sobre o tema e elaborar um quadro comparativo do uso terminológico da identificação apontada pelos autores estudados. Para tanto, caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, de natureza teórica, cuja metodologia prevê o estudo comparativo dos conceitos e das metodologias propostas em ambos os países e a realização de entrevistas com os arquivistas dos citados grupos de trabalhos que se

formaram no período a fim de analisar as concepções que nortearam as práticas de identificação, contribuindo para a construção teórica da arquivística brasileira.

Este projeto vem sendo desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto (PPGCI) no Instituto de Artes e Comunicação Social (IACS) da Universidade Federal Fluminense (UFF), especificamente na Linha 'Fluxo e Mediações Sócio-Técnicas da Informação' sob orientação da Profa. Dra. Ana Célia Rodrigues que pesquisa sobre a Identificação arquivística utilizando a Diplomática contemporânea como fundamento metodológico.

2 FUNDAMENTO TEÓRICO

A identificação surgiu no âmbito da arquivística em meados da década de 80, como proposta de grupos de arquivistas preocupados com a formulação de metodologias para solucionar o problema da acumulação de documentos. Na Espanha os métodos de identificação usados nas instituições arquivísticas da administração pública foram discutidos na Primeira Jornada sobre Metodologia para a Identificação e Avaliação de Documentos da Administração Pública, realizada em Madri, em 1991, cujo conceito proposto ficou registrado no *Diccionario de Terminologia Archivística*. A partir desse momento foram formados grupos de estudo de identificação nos países que apresentavam a mesma problemática, como Portugal, Brasil e México. No Brasil, as propostas de identificação formuladas no âmbito do Arquivo Nacional resultaram na publicação de manuais e o conceito foi incorporado pelo Dicionário de Terminologia Arquivística, publicado em 2005.

Segundo Rodrigues (2008, p.11) com as publicações de estudos sobre a identificação aplicada ao tratamento de documentos de arquivo, tem início a construção de tradições no campo das pesquisas científicas sobre metodologias. É inegável que a área da arquivística se defronta com o grande problema de identificar um contingente parcialmente enorme de documentos acumulados nos arquivos, que cresciam desordenadamente. Sendo assim os arquivistas careciam de métodos para tentar solucionar esse problema dentro destas instituições arquivísticas, já que na literatura europeia e norte-americana não encontravam respostas para suas dúvidas práticas.

O conceito de identificação surge na Espanha, oriundo dos estudos apresentados na referida Jornada sobre Metodologia para a Identificação e Avaliação de Documentos da Administração Pública, organizada pela Direção de Arquivos Estatais do Ministério de Cultura, em 1991 na cidade de Madrid, onde foram apresentados os resultados de trabalhos de aplicação dessa metodologia da identificação para organização e avaliação do volume documental encontrado nas instituições públicas do país.

Nesse momento a Espanha passava por transformações políticas, marcada pelo fim do governo de Francisco Franco, que se estendeu de 1939 a 1975. Após sua morte o país sai da ditadura, passando a ser um Estado Social Democrático. Convém salientar que essa mudança teve interferência direta na composição da administração pública espanhola, resultando na criação de novas instituições, de reformulações de leis, com conseqüências diretas no processo de produção documental e seu armazenamento em depósitos de arquivo.

O desenvolvimento dos processos de investigação sobre metodologias arquivísticas, especialmente a identificação de tipologias documentais no contexto da identificação, colocou-se em pauta não apenas a organização do acervo documental existente dos séculos passados, mais sim a preocupação com o tratamento dos documentos que estavam sendo produzidos nesse instante pela Administração pública do país.

Os arquivistas, preocupados com o levantamento da situação atual que se encontrava o acervo documental acumulado, se organizam formando grupos de trabalho para propor soluções para os problemas de organização dos fundos e ao mesmo tempo, definir estratégias para implantação de sistemas de gestão documental.

Anterior aos trabalhos desenvolvidos pelos grupos de arquivistas da Direção de Arquivos Estatais encontra-se o trabalho pioneiro do Grupo de Arquivistas Municipais de Madri, que em 1981, coordenado por Vicenta Cortés Alonso, criou um modelo de análise para estudar a tipologia documental para classificar e avaliar a documentação administrativa municipal a partir de parâmetros normalizados.

A partir daí, inúmeros municípios efetuaram fóruns de discussão sobre o método analítico da identificação de documentos, no escopo da construção de metodologias de organização nos arquivos públicos do país.

O fortalecimento proporcionado por esse fórum de discussão criado em torno dos procedimentos de identificação de documentos realizados nos parâmetros da tipologia documental, beneficiou não apenas os arquivos do Estado espanhol empenhados em encontrar respostas para os problemas práticos diagnosticados, mas acabaram criando uma metodologia de trabalho, que passaram a teorizar e construir uma tradição em torno ao tema.

O desenvolvimento de pesquisas e estudos de casos sobre o assunto alarga a discussão sobre o conceito de identificação dentro próprio país, passando a influenciar os países ibero-americanos que apresentavam o mesmo problema da acumulação de documentos em depósitos de arquivo, como: Brasil, Colômbia e México.

No Brasil, as experiências de identificação desenvolvidas no Arquivo Nacional foram resultados de trabalhos propostos por grupos de arquivistas formados para propor soluções de transferências e recolhimentos de documentos acumulados nos depósitos do próprio arquivo e nos dos ministérios.

Em 1981, é criado o Grupo de Identificação de Fundos Internos (GIFI), com a finalidade de encaminhar uma solução para identificar os documentos acumulados na sede do Rio de Janeiro. Ainda no mesmo ano, é criado o Grupo de Identificação de Fundos Externos (GIFE), com o objetivo uma política de recolhimento, de política de transferências, bem como a implantação de um arquivo intermediário. Através da Divisão de Pré-Arquivo, o Arquivo Nacional elaborou o Projeto de Gestão de Documentos, com o objetivo de estabelecer uma organização sistêmica dos arquivos dos órgãos públicos federais. As propostas metodológicas decorrentes do trabalho destes grupos transformaram-se em manuais, denominados publicações técnicas: “Manual para identificação de acervos documentais para a transferência e/ou recolhimento aos arquivos públicos” (1985b) do GIFE; “Identificação de documentos em arquivos públicos” (1985a) do GIFI e o “Manual de levantamento da produção documental” (1986), resultado do projeto de gestão.

Nos objetivos das referidas publicações, o termo *identificação* aparece como fundamento do método de análise proposto para se iniciar o futuro tratamento dos fundos acumulados, fornecendo as bases do conceito publicado pelo Arquivo Nacional no *Dicionário de Terminologia Arquivística* (2005, p.94). No referido dicionário, a identificação é definida como “processo de reconhecimento,

sistematização e registro de informações sobre arquivos, com vistas ao seu controle físico e/ou intelectual”.

A identificação está relacionado no domínio da Arquivística com o seguinte significado:

[...] identificação seria o ato de determinar a identidade do documento de arquivo, de caracterizar os caracteres próprios e exclusivos que conferem essa identidade. Significa determinar os elementos que o individualizam e o distinguem em seu conjunto. O processo de produção deste conhecimento implica em reunir informações sobre [...] seu contexto de produção e descrever estes elementos que formam sua identidade (RODRIGUES, 2009, p.65).

Neste sentido, a identificação como metodologia deve ser desenvolvida em duas etapas: a identificação do órgão produtor e dos tipos documentais produzidos neste contexto. Nesta etapa do trabalho arquivístico, são registrados elementos que possam contribuir para o estabelecimento de origem da produção documental, levantando informações registradas nos documentos que se vinculam à sua proveniência, como parâmetro para definir séries documentais.

Antonia Heredia Herrera (1999) salienta que a identificação sempre existiu, mas não estava individualizada nas tarefas arquivísticas, e hoje oferecem etapas perfeitamente definidas, diferenciadas e sucessivas ao tratamento arquivístico. Para a autora a identificação

[...] antes e agora, está vinculada ao princípio de proveniência, quando investiga as origens da documentação partindo de sua dupla vinculação a proveniência institucional e ao sujeito ou unidade produtora, através de suas funções ou de seus órgãos, dentro da instituição. Determinará a estrutura geral do fundo e particular de cada uma das suas divisões e partes jurídicas. Em definitivo nos ajudará a configurar o quadro de classificação [...] e facilitará a descrição, a partir da fixação da tipologia documental e as séries e suas unidades documentais (HEREDIA HERRERA, 1999, p.21, *tradução nossa*).

Com base no princípio da proveniência se realiza o reconhecimento da gênese documental. Esta etapa parte do reconhecimento das características do órgão produtor, identificando as competências, funções e atividades da entidade produtora que ficam registradas como elementos dos tipos documentais produzidos, conhecimento que fundamenta a classificação, a avaliação e, por fim, a descrição. A autora também menciona a respeito da identificação, que “[...] amplia o seu objeto no âmbito da aplicação. Assim, para os fundos documentais de criação recente em

guardar a sua conservação permanente, adentrando na tarefa que antes competia aos arquivos históricos [...]” (HEREDIA HERRERA, 1999, p.21, *tradução nossa*).

Para Martín-Palomino e Torre Merino (2000, p.11) a identificação possui três etapas: identificação do órgão produtor, identificação do elemento funcional e identificação do tipo documentalⁱ. Segundo os autores, identificação é a “fase do tratamento arquivístico que consiste na investigação e sistematização das categorias administrativas em que se sustenta à estrutura de um fundo”, portanto uma investigação de caráter intelectual que visa o reconhecimento da produção e rotinas do órgão que o produziu. Deste modo, a fase de identificação assume um papel relevante no processo do fazer arquivístico, fornecendo dados, sendo tidos como a primeira fase da metodologia arquivística, por apresentar um caráter intelectual e investigativo, o qual visa o reconhecimento do órgão produtor e das tipologias documentais existentes, cujo objetivo final é a definição das séries documentais. (MARTÍN-PALOMINO y BENITO; TORRE MERINO, 2000, p.14).

Segundo Carmona Mendo (2004), a identificação é a melhor ferramenta para aplicar o princípio básico da arquivística: o de respeito à proveniência e da estrutura interna do fundo, portanto, afirma que é imprescindível aos estudos da gênese do fundo: o sujeito produtor; a pessoa física, família ou organismo que o produziu e/ou acumulado o fundo e o objeto produzido; produzido a totalidade do fundo e cada uma das suas agrupações documentais que o norteiam.

Escobar Sierra (2004, p.2), descreve teoricamente a metodologia da identificação enfatizando a pertinência identificação de séries documentais com no âmbito da teoria arquivística, visando à organização e “conservação” da proveniênciaⁱⁱ e ordem natural ou original dos documentos produzidos pelo órgão produtor. Neste sentido, a identificação torna-se base para delimitação de qualquer fundo de arquivo, sendo fundamental para integrar os conceitos de função e atividade administrativa à produção documental e, além desses usos, também fundamentam para a delimitação de séries e subséries de documentos dentro da instituição.

Rodrigues (2005, p.5), analisando os procedimentos de identificação, afirma que

A base metodológica que sustenta a identificação é a aplicação de maneira direta do princípio da proveniência, que consiste em não misturar os documentos gerados por diferentes órgãos produtores e,

conseqüentemente, o da ordem original, que significa não romper a ordem [...] de produção de tipos documentais oriundos dos procedimentos administrativos que o determinam.

Verifica-se na abordagem da autora, que a metodologia da identificação encontra suas bases no princípio da proveniência e, além disso, mantém a ordem dada aos documentos pela administração sustentando como metodologia para o tratamento documental dos arquivos em dois instantes: na gestão documentalⁱⁱⁱ e na fase de acumulação.

Rodrigues (2008) apresenta a identificação como uma fase intelectual, um estudo analítico sobre o documento de arquivo que revela o vínculo mantido com o órgão produtor, tanto na fase de produção quanto na etapa de acumulação. Dessa maneira, este método de estudo deve ser aplicado para reconhecer a gênese documental, realizado preferencialmente no momento de produção para sistematizar o controle das etapas do ciclo vital dos documentos (fase corrente, intermediária e permanente), mas podendo ser igualmente desenvolvido no momento de acumulação para tratar documentos depositados em arquivos.

A autora analisando a identificação no contexto da literatura brasileira afirma que “[...] no que diz respeito aos termos utilizados nos processos de identificação desenvolvidos no Brasil, entre 1975 e 2005, observamos que a literatura registra termos variados para operações que são semelhantes”, como por exemplo: “identificação de documentos (tipologias documentais)”, que apresenta como termos equivalentes, “levantamento da produção documental”, “estudo de tipologia documental”, entre outros (RODRIGUES, 2008).

Verifica-se, entretanto, na pesquisa inicial que desenvolvemos que não há uma sistematização dos aspectos teóricos e metodológicos que envolvem a identificação no contexto da arquivística brasileira e que, igualmente, não está suficientemente estudada a influência recebida da tradição arquivística espanhola neste domínio de conhecimento.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia aplicada é a pesquisa bibliográfica existente sobre o conceito de identificação na Arquivística da Espanha e do Brasil. Este estudo também se utiliza da pesquisa exploratória e documental com os dados coletados em entrevista

com os funcionários participantes do Projeto de Programa de Modernização Institucional-Administrativa do Arquivo Nacional na década de 80, que integravam o GIFI, o GIFE e o Projeto de Gestão de Documentos.

Dessa maneira, construiremos um quadro comparativo dos usos terminológicos da identificação apontada pelos autores da Espanha e Brasil, a fim de caracterizar as tradições construídas, os conceitos que as fundamentam e os métodos propostos.

4 RESULTADOS PARCIAIS

Os resultados parciais são fundamentados a partir do levantamento bibliográfico realizado nessa primeira etapa da pesquisa, onde conseguimos avançar na observação de incoerências fundamentais acerca da fundamentação teórica sobre a identificação na Espanha e no Brasil. Nestes estudos preliminares observamos o quanto é dúbio a definição deste conceito entre alguns países, que usam nomenclaturas diferentes, para atribuir o mesmo sentido do termo.

No âmbito do Programa de Modernização Administrativa do Arquivo Nacional, foram criados os grupos de trabalhos encarregados da formulação de metodologias para implantar políticas de transferências, recolhimentos e gestão de documentos de arquivos.

O objetivo principal do projeto desenvolvido pelo GIFE era “fornecer ao Arquivo Nacional um quadro global da documentação para possibilitar a criação de uma política de recolhimento, o planejamento das prioridades das transferências, bem como a implantação de um arquivo intermediário no Rio de Janeiro” (MANUAL..., 1986, p.4).

A partir desse projeto de iniciativa do Arquivo Nacional, fica registrado o uso do termo identificação que foi disseminado pelas instituições arquivísticas brasileiras através do manual publicado. Pode-se observar que a inserção da identificação no Brasil ocorreu através do desenvolvimento de estudos práticos que minimamente tentassem resolver o problema de grandes quantidades de documentos acumulados no Arquivo Nacional.

Observa-se que o conceito de identificação foi incorporado ao Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), que remete ao “[...] processo de

reconhecimento, sistematização e registro de informações sobre arquivos, com vistas ao seu controle físico e/ou intelectual”.

Em contraponto, a definição de identificação apresentada pelo Dicionário de Terminologia espanhol (1993, p.37), define o mesmo conceito, como a “[...] fase de tratamento arquivístico e sistematização das categorias administrativas e arquivísticas em que se sustenta a estrutura de um fundo.

A partir da exposição das duas definições, podem-se notar algumas discrepâncias. A definição brasileira do conceito de identificação não menciona todo o processo em via de estabelecer a estrutura de um fundo, apenas remete ao processo de controle físico e intelectual de registros de informação visando seu reconhecimento e sistematização. Portanto, a definição do conceito de identificação no Brasil se difere da definição espanhola, entretanto isso não é uma afirmativa, e sim, uma observação efetuada no decorrer do levantamento bibliográfico sobre o nosso objeto de estudo.

Por que será que o Dicionário de Brasileiro de Terminologia Arquivística na descrição do termo de identificação não aponta o uso do conceito em outro país, isso é feito através da indicação do Dicionário de Terminologia Arquivística do Conselho Internacional de Arquivo CIA^{IV} (DAT), a remissiva para outro idioma não apresenta a indicação do termo de identificação para demais línguas.

Neste sentido, nos perguntamos: como é que o Brasil teve acesso à metodologia de identificação? Quais as influências recebidas da Espanha para a construção do conceito e das práticas de identificação no Brasil, uma vez que tais procedimentos foram formulados no mesmo período, ou seja, entre 1980 e 1990?

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa maneira, os estudos sobre identificação surgem no âmbito profissional, através de um problema vivido na prática pelas instituições acumuladoras de documentos, que precisavam reconhecer o que tinham arquivado para depois formularem propostas de procedimentos de organização.

Comparando preliminarmente as tradições arquivísticas espanhola e brasileira que se formaram em torno da identificação, pode-se perceber que no uso da metodologia de identificação aplicada aos procedimentos de organização para

ambas as tradições, enquanto a Espanha tenta chegar às informações padronizadas que leve a definição de séries documentais, o foco da preocupação no Brasil esta na definição do fundo/órgão produtor, para fins de transferências e recolhimentos.

Contudo, notadamente percebe-se que os primeiros estudos sobre a identificação no Brasil, resultado dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Arquivo Nacional, esteve direcionado para a formulação de métodos para projetos de implantação de tratamento arquivístico a partir da avaliação de documentos, como é o caso dos resultados obtidos pelo projeto de gestão de documentos e, também, para a implantação de políticas arquivísticas. O conceito de identificação usado pelo Arquivo Nacional no Brasil se assemelha a um diagnóstico de levantamento de condições internas e estruturais do local do arquivo, para depois se focar na delimitação do fundo/órgão produtor, mas como fundamento de políticas da área e não de metodologias de classificação e avaliação que eram os objetivos da Espanha no momento.

Assim sendo, verifica-se que para a arquivística brasileira a definição de identificação se difere da proposta formulada para o uso do mesmo termo na Espanha.

REFERÊNCIAS

- DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. Madrid: Direção de Arquivos Estaduais / Ministério de Cultura, 1993. 59p.
- ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2005. 232p.
- ARQUIVO NACIONAL**. Disponível em:
<<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=100&sid=52>>.
Acesso em: 24 out. 2009.
- ARQUIVO NACIONAL. **Identificação de documentos em arquivos públicos**. Rio de Janeiro, 1985. 34p. (Publicações Técnicas 37)
- _____. **Manual de levantamento da produção documental**. Rio de Janeiro, 1986. 35p.
- _____. **Manual de identificação de acervos documentais para transferência e/ou recolhimento aos arquivos públicos**. Rio de Janeiro, 1895. 79p. (Publicações Técnicas 40)
- CARMONA MENDO, C. Consideraciones sobre el método en archivística: a reflection on archival science methodology. **Documento & Instrumenta**, Madrid, n.1, p.35-46, 2004.
- ESCOBAR SIERRA, L. F. Como identificar y denominar una serie documental: propuesta metodológica. **Revista Biblios**, Peru, v.5, n.20, Oct. 2004.
- HERRERA HEREDIA, A. A identificação e a avaliação de documentos da gestão administrativa das instituições públicas. **Boletim da Associação Espanhola de**

Arquivistas, Bibliotecários, Arqueólogos, Museólogos e Documentalistas (ANABAD), Espanha, p.19-50, jan/mar. 1999.

MARTÍN-PALOMINO BENITO, M.; TORRE MERINO, J. L. L. **Metodología para la identificación y valoración de fondos documentales**. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, 2000. 109p. (Escuela Iberoamericana de Archivos: Experiencias y Materiales)

RODRIGUES, A. C. A identificação como função arquivística. In: CONGRESSO DE ARQUIVOLOGIA DO MERCOSUL, 6., 2005, Campos do Jordão. **Anais...** São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2005.

RODRIGUES, A. C. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. São Paulo: USP, 2008. 258f. Tese (Doutorado) (Programa de Pós-Graduação em História Social – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo).

NOTAS

ⁱ O tipo documental é a configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que ela representa (CAMARGO; BELLOTTO, 1996).

ⁱⁱ O princípio de proveniência é tido como base norteadora para a práxis arquivística e a base teórica difundida pelas diferentes correntes, mesmo que nem sempre todos os autores concordem com a mesma visão. Rousseau e Couture (1998, p.52-79), dizem que: “[...] trata-se [...] o princípio da proveniência [...] a constituição e a plena existência da unidade de base em arquivística, a saber, o fundo de arquivo”.

ⁱⁱⁱ Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente. (Lei 8.159 de janeiro de 1991, Art. 3).

^{iv} O Conselho Internacional de Arquivo (CIA) é datado de 1954 a 1963 dedicando-se ao tema e à equivalência de termos e conceitos em diferentes idiomas da teoria arquivística.